

Novas medidas ampliam o "pacote"

03 JUN 1983

por Sidnei Basile
de São Paulo

Sobre o pacote econômico em final de gestação no governo foram, na quarta-feira, segundo notícias provenientes de várias fontes, acrescidas informações a respeito de novas e graves medidas, a maioria delas ainda em negociação quanto a percentuais, cuja adoção é praticamente certa.

Estão sendo enviadas pela equipe econômica, para aprovação do presidente João Figueiredo, que acompanha diariamente as discussões no âmbito do governo, entre outras já noticiadas, as seguintes medidas: 1. a tributação em 3% sobre as aplicações no open market; 2. a criação de um empréstimo compulsório para calamidades, que provocaria um pequeno acréscimo no Imposto de Renda dos contribuintes, para atender à seca no Nordeste e ao excesso de chuvas no Centro-Sul; 3. a antecipação, para julho, do Imposto de Renda dos bancos; 4. a redução do IOF dos atuais 4,8 para 1,5%; 5. a virtual extinção do limite de crédito dos bancos, com um compromisso do governo nesse sentido para efetivação em noventa dias; 6. a redução do crédito rural para um limite de 85% da correção, compensando-se a atual faixa subsidiada que o produtor perderá com uma compensação nos valores básicos de custeio, de modo que, no final, a taxa de juros do crédito agrícola fique apenas ligeiramente subsidiada; 7. a nomeação dos ministros de Estado para presidentes do conselho de administração das empresas estatais nas áreas sob jurisdição de cada ministério, de forma que cada ministro seja responsável pelo déficit de cada empresa; 8. um pesado ataque sobre as vantagens salariais e gratificações do funcionalismo das estatais e uma drástica limitação da participação das empresas nos fundos de pensão,

porque o governo detectou fatos que alta fonte caracterizou como "escândalos", como a formação do ativo de fundos de pensão com uma parte de recursos dos funcionários e sete partes da estatal; 9. o Banco do Brasil se tornará um banco comercial como qualquer outro, passando a competir com o setor privado da maneira que o fazia antes de se tornar uma espécie muito peculiar de autoridade monetária. Como haverá um controle maior da base monetária, os meios de pagamento, espera-se, ficarão mais sob controle. Planeja-se ainda fazer com que o Banco Central perca suas atuais funções de banco de fomento, mantendo as de autoridade monetária.